

PAULA ROSADO PEREIRA

Doutora em Direito

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Consultora da SRS Advogados

TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS
EM ANGOLA – O IMPOSTO
INDUSTRIAL E O ESTATUTO
DOS GRANDES CONTRIBUINTES



ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	5
1. Evolução do Imposto Industrial angolano	5
1.1. A reforma fiscal de 1948-1950	5
1.2. A reforma fiscal de 1967-1972	6
2. A recente reforma tributária	7
II. O NOVO CÓDIGO DO IMPOSTO INDUSTRIAL	13
1. Enquadramento geral	13
2. Incidência subjetiva	14
2.1. Sujeitos passivos	14
2.1.1. Tipos de sujeitos passivos no Imposto Industrial	14
2.1.2. Sujeitos passivos, princípio da residência e princípio da fonte	15
2.2. Grupos de sujeitos passivos	18
2.2.1. Enquadramento	18
2.2.2. Grupo A	19
2.2.3. Grupo B	20
2.3. Sujeitos passivos e incidência territorial do imposto ..	20
2.3.1. Lucros realizados em Angola	20
2.3.2. Sujeitos passivos residentes	21
2.3.3. Sujeitos passivos não residentes, com estabelecimento estável em Angola	21
2.3.4. Sujeitos passivos não residentes, sem estabelecimento estável em Angola	22
2.3.5. Estabelecimento estável	23

3.	Incidência objetiva	25
4.	Período de tributação	26
5.	Isenções e benefícios fiscais.....	29
6.	Determinação da matéria coletável	30
6.1.	Contribuintes do Grupo A	30
6.2.	Princípio da tributação do rendimento real	31
6.3.	Lucro tributável e lucro contabilístico	33
6.4.	Contribuintes do Grupo B	34
6.5.	Deduções ao lucro tributável	35
6.6.	Determinação da matéria coletável por presunção	35
7.	Proveitos ou ganhos e custos ou gastos.....	36
7.1.	Proveitos ou ganhos.....	36
7.2.	Custos ou gastos	37
7.2.1.	Enquadramento geral	37
7.2.2.	Dependência parcial do lucro tributável relativamente ao lucro contabilístico	39
7.2.3.	Indispensabilidade do custo – o nexo com o fim empresarial.....	40
7.2.4.	Análise e afastamento de outros conceitos de indispensabilidade do custo	43
7.2.5.	Desaparecimento do requisito da razoabilidade ..	47
7.2.6.	Custos não aceites fiscalmente	48
7.2.7.	Custos ou gastos com assistência social.....	51
7.2.8.	Donativos e liberalidades	51
7.2.9.	Documentação de custos	52
7.3.	Valorimetria das existências.....	55
8.	Amortizações	56
8.1.	Enquadramento geral e ativos amortizáveis.....	56
8.2.	Valorimetria dos ativos amortizáveis	59
8.3.	Cálculo das amortizações	61
8.3.1.	Taxas de amortização.....	61
8.3.2.	Método de amortização.....	62
8.4.	Periodização das amortizações – Amortização por duodécimos.....	63
8.5.	Regime intensivo de laboração e desvalorizações excecionais dos ativos amortizáveis.....	64

8.6. Amortização de imóveis.....	66
8.7. Amortização de bens em locação financeira	66
8.8. Amortização de ativos revertíveis	67
8.9. Amortização de bens adquiridos em estado de uso ...	68
8.10. Amortizações de obras em propriedade alheia e de grandes reparações.....	68
8.11. Amortizações de bens de reduzido valor	69
8.12. Amortizações de bens reavaliados	70
8.13. Imobilizações incorpóreas.....	70
8.14. Amortizações não aceites, regularização e limites das amortizações	71
8.15. Documentação de amortizações e reintegrações	73
8.16. Norma transitória sobre amortizações	74
9. Provisões e créditos incobráveis	74
9.1. Provisões	74
9.1.1. Tipos de provisões.....	76
9.1.2. Regime das provisões fiscalmente relevantes...	77
9.1.2.1. Provisão para obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso.....	78
9.1.2.2. Provisão para cobertura de créditos de cobrança duvidosa	78
9.1.2.3. Provisão para cobertura da perda de valor das existências.....	80
9.2. Créditos incobráveis	82
10. Prejuízos fiscais	82
11. Investimento de reservas voluntárias	83
12. Relações especiais	84
13. Fusão ou cisão de sociedades	86
14. Taxas	88
15. Liquidação e pagamento provisório	89
15.1. Liquidação e pagamento provisório sobre vendas.....	89
15.2. Liquidação e pagamento provisório sobre prestações de serviços.....	90

15.3. Especialização de regime de liquidação e pagamento de imposto provisório	92
16. Liquidação e pagamento definitivos	92
16.1. Liquidação definitiva.....	92
16.2. Pagamento definitivo	93
17. Regime especial de tributação de serviços acidentais.....	93
18. Obrigações acessórias	96
18.1. Obrigações declarativas	96
18.1.1. Contribuintes do Grupo A	96
18.1.2. Contribuintes do Grupo B	97
18.1.3. Prática de ato isolado.....	97
18.2. Obrigações em caso de cessação de atividade	98
18.2.1. Contribuintes do Grupo A	98
18.2.2. Contribuintes do Grupo B	99
19. Garantias do contribuinte – Reclamação e impugnação	99
20. Penalidades	100
20.1. Incumprimento de obrigações declarativas	100
20.2. Inexatidões, omissões ou outras irregularidades.....	101
III. O ESTATUTO DOS GRANDES CONTRIBUINTES...	103
1. Enquadramento geral	103
2. Sistematização dos direitos e deveres dos grandes contribuintes.....	105
3. Alargamento das competências da repartição fiscal dos grandes contribuintes	107
4. Regime de tributação de grupos de sociedades.....	107
5. Regime de preços de transferência	111
5.1. Preços de transferência – Enquadramento geral	111
5.2. Preços de transferência no EGC.....	113
5.3. Princípio da plena concorrência.....	115
5.4. Métodos para determinação do preço de transferência....	116
5.5. Ónus da prova	121

IV. O NOVO REGIME DE INVESTIMENTO PRIVADO EM ANGOLA	123
1. Enquadramento geral	123
2. Regime contratual do projeto de investimento	124
3. Benefícios e incentivos	125
4. Repatriamento de lucros	126
5. Taxa suplementar de Imposto sobre a Aplicação de Capitais.....	127
6. Limitações diversas – Parcerias, investimento indireto e suprimimentos.....	128
 BIBLIOGRAFIA	 129
 ANEXOS	
Decreto Presidencial n.º 50/11, de 15 de Março	135
Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro	147
Decreto Presidencial n.º 204/15, de 28 de Outubro.....	165
Decreto Presidencial n.º 207/15, de 5 de Novembro	169
Decreto Presidencial n.º 147/13, de 1 de Outubro.....	183
Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto	187